



## **AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE UMA APROXIMAÇÃO COM OS 17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO O MUNDO**

### **FAMILY FARM AND SOLIDARITY ECONOMY: CONTEXTUALIZATION AND INICIAL FEATURES ABOUT A RELATION WITH THE 17 GLOBAL GOALS**

Marcos Roberto Pires Gregolin<sup>\*</sup>; Graciela Caroline Gregolin<sup>\*\*</sup>; Vinícius Mattia<sup>\*\*\*</sup>; Fábio Corbari<sup>\*\*\*\*</sup>; Valdecir José Zonin<sup>\*\*\*\*\*</sup> e; Wilson João Zonin<sup>\*\*\*\*\*</sup>

#### **RESUMO**

Nos dias atuais, diversas nações têm se mostrado impulsionadas a agir tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais se caracterizam como uma agenda de ações que visa, em resumo, a promoção do bem-estar da população, em uma concepção de que o homem não se separa do meio onde vive. Este trabalho objetiva contextualizar a agricultura familiar e o cooperativismo de economia solidária no âmbito da materialização desta agenda. A operacionalização do estudo deu-se por meio de pesquisa e discussão bibliográfica acerca dos temas propostos, de maneira que se tornasse possível realizar a aproximação com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Desta forma, ao se analisar estes conceitos pode-se constatar a existência de uma lógica dualista entre agricultura e agricultura familiar, bem como entre cooperativismo e cooperativismo de economia solidária. Conclui-se que a agricultura familiar e o cooperativismo de economia solidária se aproximam da agenda proposta pelas Nações Unidas e adotada por diversos países. Também se infere que ao se fortalecer tais segmentos as possibilidades de sucesso dos ODS tendem aumentar consideravelmente.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Cooperativismo Solidário; Desenvolvimento Sustentável; ODS.

#### **ABSTRACT**

Nowadays, many nations are motivated to act according to Sustainable Development Goals, which can be consider an agenda of actions whose aim is the promotion of population welfare, in short, in a conception that the humanity is directly related to environment where live. This paper aimed context the family farm and solidarity economy cooperatives to the consolidation of this agenda. The methods to the study were the research and bibliographic discussion about the themes, so that was possible make a relation with the 17 Sustainable Development Goals, formalized by ONU. In this way, analyzing the concepts it could be verified the existence of a dualistic logic between agriculture and family farm, as well as cooperatives and solidarity economy cooperatives. It was concluded that family farm and solidarity economy cooperatives have relation with the agenda purposed by United Nations and adopted for many countries. In addition, strengthening these segments the possibilities of Goals success tend to raise considerably.

**Keywords:** Family Farming; Solidary Cooperatives; Sustainable Development; SDGs.

\* Graduando em Tecnologia de Gestão de Cooperativas pela UNICESUMAR, Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela FADEP, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE e Doutorando em Extensão Rural na UFSM. marcosgregolin@yahoo.br.

\*\* Graduada em Nutrição pela FADEP, Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE, Professora do Curso de Nutrição da FADEP. gracigregolin@hotmail.com

\*\*\* Engenheiro Agrônomo e Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE. vinicius\_mattia@hotmail.com.

\*\*\*\* Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE. fabio.corbari@hotmail.com.

\*\*\*\*\* Engenheiro Agrônomo pela UFSM, Mestre em Engenharia de Produção pela UNISINOS, Doutor em Agronegócios pela UFRGS, Professor Adjunto A do Curso de Agronomia da UFFS Campus de Chapecó. valdecirzonin@terra.com.br

\*\*\*\*\* Engenheiro Agrônomo e Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela UFPR, Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS - UNIOESTE - Marechal Cândido Rondon. wzonin@yahoo.com.br



## 1. INTRODUÇÃO

Os "17 Objetivos para transformar nosso mundo" ou os "17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" materializam o entendimento e o trabalho de governos e da sociedade mundial em uma agenda de ações que visam "acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas" (UNRIC, 2017).

O documento "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável" foi publicado pela Organização das Nações Unidas em 1º de Janeiro de 2016 e sistematizam os acordos firmados em uma reunião da organização, realizada de 25 a 27 de setembro de 2015 em Nova Iorque - EUA. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram concebidos no arcabouço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais estiveram em vigor entre os anos de 2000 a 2015. Para o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, os ODS retratam a visão comum dos integrantes da organização e materializam um "contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso." (ONU, 2017).

De fato, a construção dos ODS pode ser considerada uma evolução dos ODM, não somente pelo fato de que a agenda atual levou em consideração os avanços e os gargalos enfrentados na implementação da agenda anteriormente proposta, mas também por ter assumido de vez o adjetivo Sustentável, deixando de utilizá-lo, unicamente, nas entrelinhas das proposições e o estampando em lugar de destaque em todos os documentos que se publicam sobre os ODS.

Ao se revisar tratados sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo os estudos de Ignacy Sachs, nota-se o papel central da agricultura na promoção deste desenvolvimento. Contudo, a agricultura por ele referenciada não é aquela do monocultivo extensivo, da produção priorizada para a exportação e da consequente degradação do meio ambiente. A agricultura reivindicada para o desenvolvimento sustentável é aquela adjetivada como familiar, a qual segundo muitos autores necessita/merece políticas públicas, programas e ações de toda ordem para se manter viva e atuante, em casos onde se constata a fragilidade, e também como forma de reconhecimento frente ao seu importante papel na produção de alimentos, geração de empregos e suas características as quais lhe possibilitam operar sob a lógica do ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Para alguns autores o cooperativismo tem um papel importante na promoção da agricultura familiar, haja vista que por meio dele os agricultores se unem e buscam soluções para os seus problemas, os quais podem ser de diversas ordens, mas que como ponto comum tendem a ser minimizados quando tratados de forma coletiva. Um modelo de cooperativismo é preconizado por diversos autores e dentre eles se referencia Paul Singer, o qual difunde a ideia de cooperativismo solidário,



totalmente fundamentado nos princípios de democracia e igualdade, solidificados principalmente na prática da autogestão (SINGER, 2008).

Isto posto tem-se como objetivo deste trabalho discutir os conceitos de agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária e relacioná-los de maneira inicial com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para cumprir com este intuito foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os temas com vistas à identificação e estabelecimento de relações entre eles.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR, DEFINIÇÃO E ORIGEM.

A agricultura brasileira constitui um cenário amplo e diverso, composto por grupos que recebem variadas denominações, sendo que algumas destas revelam subgrupos, como, por exemplo as populações tradicionais (quilombolas, faxinalenses, geraizeiros, lavradores, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais etc.) citadas por Nierdele, Fialho e Conterato (2014), ao passo que outras nomenclaturas indicam sinônimos, como por exemplo, “lavradores” no nordeste e “colonos” na região sul do Brasil (NAVARRO, 2010).

A Agricultura Familiar é reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2003), porém a origem desse conceito não é precisa e, por Navarro (2010), é organizada em duas vias principais, a norte-americana, nos meados de 1950 a 1980, e a Europeia, que, mesmo tendo denominação continental, foi o resultado de esforços de cientistas sociais do Reino Unido e da França. Essa segunda teve origem no interesse dos pesquisadores pela produção agrícola administrada pelas famílias, a qual resultou, mais adiante, na frequente utilização do termo “Agricultura Familiar” (NAVARRO, 2010).

Além da diversidade dos significados, existe também a variedade dos critérios, que, legalmente ou cientificamente, delimitam a Agricultura Familiar. Por vezes esses critérios estão relacionados com o objetivo pelos quais foram estabelecidos. Com o desejo de minimizar diferenças conceituais, Abramovay (1998) faz o uso de uma sistematização exitosa, com a qual apresenta pontos comuns em diversas abordagens.

A Agricultura Familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de Agricultura Familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante



é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1998, p. 146).

O advento do termo agricultura familiar no Brasil tem sido objeto de diversas teses, algumas das quais procuram justificar o seu uso simplesmente pela polarização que ao longo do tempo se estabeleceu dentro do setor agrícola nacional, a qual para Navarro (2010) foi impulsionada por dois momentos que tiveram papel significativo: primeiramente, a promulgação da Lei 11.326/2006 que estabeleceu critérios que delimitam a Agricultura Familiar e, posteriormente, a publicação do Censo Agropecuário 2006, o qual divulgou um volume específico para a Agricultura Familiar, organizando o universo agropecuário em Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar.

Outro grupo de autores, dentre os quais figuram nomes já citados nestes parágrafos iniciais, postulam que a utilização do termo no Brasil é o resultado de três esforços distintos, protagonizados e alocados em épocas distintas, porém com influências e intersecções temporais e cognitivas.

O primeiro esforço foi protagonizado, de acordo com Picolotto (2014) por trabalhos de diversos pesquisadores dentre os quais se referenciam os textos de Kageyama e Bergamasco em 1989; de Abramovay em 1992; de José Eli da Veiga em 1991; de Lamarche em 1993 e 1998; de Wanderley em 1996 e do relatório da FAO/INCRA em 1994. O segundo esforço pode ser atribuído ao movimento sindical, que em meados dos anos 90 incorporou "na linguagem política a categoria agricultura familiar" (PICOLOTTO, 2014, p. 74) de início em documentos da CUT e, posteriormente, em documentos da CONTAG. Por fim, o terceiro esforço deu-se no âmbito do estado, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996), a Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Decreto no 3.338, de 14 de janeiro de 2000), com a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual "define oficialmente a agricultura familiar como categoria profissional" (PICOLOTTO, 2014, p. 77) e enfim com a publicação no ano de 2009 dos dados do censo agropecuário de 2006, mais especificamente do caderno "Agricultura Familiar Primeiros Resultados".

De acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, a qual estabelece conceitos e delimita a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, pode ser considerado agricultor familiar aquele indivíduo que se dedica a atividades no meio rural, que não possui unidade produtiva com área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, que utiliza mão de obra predominantemente familiar, que "tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento" (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) e que administra a sua unidade de produção com a sua família.



## 2.2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A expressão Desenvolvimento Sustentável surge com muita força no cenário mundial a partir da publicação da *World Conservation Strategy* e do relatório *Nosso Futuro Comum*, da WCEdD – *World Commission on Environment and Development*, respectivamente em 1980 e 1987. Essas publicações marcam o início de um momento em que as políticas públicas e, sobretudo, uma parcela das pessoas passam a adotar a expressão, principalmente com o desejo de manifestar o entendimento de que o Desenvolvimento Sustentável figura em sobreposição a um modelo falho de desenvolvimento, que anteriormente era tido como correto, certo e imaculado.

Dignos de referências, a Carta da Terra, a Agenda XXI, a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, a Declaração de Cocoyoc e as Metas do Milênio também compõem o leque de documentos que estimulam a sociedade a ser mais sustentável.

Ao rever os textos, vemos que os temas são sempre os mesmos, renovados sob nome diferente para dar novo fôlego, com algumas diferenças de ênfase. Mesmo o tímido documento *O Futuro que Queremos*, da Rio+20, retoma essencialmente os mesmos ideais (DOWBOR, 2013, p. 124).

No que pese as situações cujo *locus* das intervenções humanas se caracterize como rural, nota-se o advento da concepção de “Desenvolvimento Rural Sustentável”, a qual incorpora as críticas tecidas para o meio urbano e faz oposição a conceitos outrora disseminados como verdades e direcionais para ação no campo rural e agrícola.

De acordo com Ellis e Biggs (2001), em meados de 1950, em voga se encontrava a modernização, a economia dualista, o desenvolvimento comunitário e, em outro lado, a agricultura “atrasada” e os agricultores “preguiçosos”. Já em idos de 1960, as ideias que norteavam o discurso e as ações do desenvolvimento rural versavam sobre transferência de tecnologia, mecanização, extensão agrícola, o papel do crescimento da agricultura, a racionalidade dos agricultores e a Revolução Verde. Por volta de 1970, o ideário do Desenvolvimento Rural era composto por intenções de redistribuição do crescimento, desenvolvimento rural integrado, política na agricultura, crédito, urbanização, inovação induzida e a continuidade da Revolução Verde (ELLIS; BIGGS, 2001).

Cabe ressaltar que, para os autores, as ideias coexistem no tempo, não estão encapsuladas e podem perpassar as décadas, tendo mais ou menos força em momentos distintos, a exemplo da Revolução Verde, a qual, de acordo com esse entendimento, teve início em uma década e se consolidou em outra.



A Revolução Verde pode ser considerada uma grande opositora dos diversos substantivos adjetivados pelo termo “sustentável”, por mais que a sua intenção, produzir alimentos para atender a grande demanda mundial proveniente do acelerado crescimento demográfico (GLIESSMANN, 2005), tivesse um apelo humanitário forte. Ao se analisar os meios e não apenas a finalidade "motivadora" da Revolução Verde, constata-se a dependência de fertilizantes, o uso intensivo de energia, a contaminação por agrotóxicos e a degradação acelerada do solo, o envenenamento da água e dos alimentos. Além das consequências ambientais já citadas, pode-se referenciar a debilidade econômica dos agricultores, o desemprego e êxodo rural, o agravamento na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e o aumento dos custos da produção (DE CARLI, 2013).

Retomando a discussão do DRS, o contraponto à Revolução Verde fica mais notável ao se adotar a premissa do desenvolvimento que promova equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica (SACHS, 1993). De acordo com Aníbal Pinto e Celso Furtado, dois expoentes do pensamento CEPALINO, o verdadeiro desenvolvimento, este que comumente na atualidade é adjetivado pelo termo sustentável, é o que conduz a sociedade a uma homogeneização. Contudo, o que se observa, às vezes, é o contrário: fortunas aumentando, a miséria se disseminando e até a exploração das pessoas em favor de poucos (SACHS, 2003).

O postulado por Sachs, além de inferir contraponto à premissa de que a "modernização" dos meios de produção, neste caso específico, na agricultura, condiciona o desenvolvimento, também oferece oposição à teoria outrora mais aceita do desenvolvimento, vinculada a macroeconomia keynesiana, que trata o desenvolvimento como mero crescimento econômico, associada a indicadores como renda per capita, taxa de crescimento, Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Nesse modelo o alcance do desenvolvimento se dá pelo “aperfeiçoamento” de formas tradicionais e primitivas de atividades do sistema econômico, ou seja, a maneira de se tornar desenvolvido é adotando “o mesmo tipo de sistema econômico, social e político existente nos países desenvolvidos” (SOUZA, 2000, P. 50), ou seja, neste modelo a fórmula para que os “não desenvolvidos” rompam com esse status é trazer ou se basear em experiências externas e exitosas dadas em realidades já desenvolvidas.

Para Sachs (2008), a complexidade do termo desenvolvimento se manifesta na gama de adjetivos que lhes foram atribuídos, “econômico, social, político, cultural e sustentável”, (SACHS, 2008, p. 37) sendo que o seu objetivo supremo é “promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância” (SACHS, 2008, p. 14).

O conceito e as premissas do desenvolvimento sustentável se encontram em plena evolução, e isso se deve, em parte, à complexidade do tema e também às novas realidades que a sociedade impõe e oferece aos teóricos que o



discutem. Tendo por base o *Relatório de Brundtland* (CMMAD, 1988), o desenvolvimento era apresentado sob as seguintes dimensões: Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Social.

Posterior a essa definição, em 1993, Ignacy Sachs apresentou cinco dimensões para a sustentabilidade, e, de acordo com o autor, qualquer planejamento que tenha por pretensão impetrar o real desenvolvimento deve levá-las em consideração, a saber: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Espacial e Sustentabilidade Cultural (SACHS, 1993).

Em um tratado mais recente, Sachs (2009) propõe oito dimensões para o desenvolvimento sustentável, sendo elas: 1) a Dimensão Social, a qual sugere uma comunidade mais homogênea, com distribuição de renda justa, bem-estar social, qualidade de vida; 2) a Dimensão Econômica, cuja abordagem permeia o equilíbrio econômico entre os setores, a segurança alimentar, a capacidade de modernização dos meios produtivos e um razoável nível de autonomia na pesquisa científica; 3) a Dimensão Ecológica, a qual propõe a preservação do capital natural, o incentivo ao uso de recursos renováveis e o controle da utilização dos recursos não renováveis; 4) bem como a Dimensão Ambiental que contempla o respeito aos ecossistemas e a sua capacidade de recuperação; 5) a Dimensão Cultural apresenta um cenário de equilíbrio entre a inovação e o tradicional, em que exista autonomia para elaboração de projetos locais, nacionais, endógenos, e que se mescle a confiança interna com a abertura para o mundo; 6) a Dimensão Territorial preconiza o equilíbrio entre as áreas rurais e urbanas, principalmente no que se refere a investimentos públicos e à diminuição das desigualdades regionais; 7) a Dimensão Político-Nacional se refere ao estabelecimento da democracia, definida como a apropriação universal dos direitos humanos e a capacidade do Estado para implementar o seu projeto nacional em parcerias com todos os empreendedores; e, por fim, 8) a Dimensão Política Internacional, a qual trata da cooperação entre as nações para promover a paz, a preservação ambiental, o controle efetivo do sistema internacional financeiro, prevenção das mudanças climáticas e a promoção da cooperação científica (SACHS, 2009).

Para Guedes (2012), Sachs ao enfatizar tais dimensões, deixa claro que o desenvolvimento sustentável é o produto da valorização das pessoas, dos seus costumes e saberes, sendo, ademais, uma prática que parte de dentro para fora. O crescimento, baseado na economia de mercado desenfreada, pode apenas aprofundar a divisão entre e dentro das nações (SACHS, 1993).

No que diz respeito à criação de oportunidades sociais, aspectos apresentados por Sachs (2009) na dimensão político-nacional são importantes, pois se caracterizam como garantias para a efetivação da democracia e dos direitos individuais das pessoas. De acordo com Sen (2013), uma nação é desenvolvida na medida em que não se limitam os horizontes das liberdades das pessoas, ou seja, o



desenvolvimento está onde existem condições favoráveis para que as pessoas possam fazer ou ser aquilo que desejam e valorizam.

Uma das liberdades defendidas por Sen (2013) é a comercial, pois, conforme o autor, o acesso aos mercados é um componente fundamental das liberdades básicas que as pessoas devem valorizar e exerce uma contribuição considerável para o desenvolvimento. Enfatiza, ainda, que a liberdade de interagir economicamente e efetuar transações no mercado favorece a equidade econômica.

Assim sendo, não se deve acreditar que o desenvolvimento surge completamente isolado da economia, haja vista que, desde a primeira argumentação, em que o desenvolvimento foi associado ao "*triple bottom line*"<sup>1</sup>, a dimensão econômica teve seu espaço garantido. Não obstante, faz-se necessário extrapolar o limiar da nossa visão e reconhecer outros indicadores além do monetário, tal como discorre Sen (2013, p. 28), "sem desconsiderar importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele".

Constitui um ponto fundamental nas reflexões sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável a maneira com que se trabalha a lacuna entre as duas perspectivas, a do desenvolvimento meramente econômico e sobre as liberdades de escolha e a vida que se tem por direito optar (SEN, 2013).

Essa noção, se não prioritária para todo e qualquer planejamento, deveria, ao menos, ser o foco para as ações que têm por objetivo promover mais dignidade e qualidade de vida, às pessoas que na atualidade se encontram excluídas e em situações miseráveis. No meio rural, apesar de não perceptível a muitos gestores, essas situações indesejáveis se reproduzem, de modo que a Agricultura Familiar é o segmento no qual elas se apresentam com mais força (SACHS, 2003).

Nesse enfoque, a materialização do desenvolvimento sustentável, para Sachs (2003), passa necessariamente pela redescoberta e reinvenção do meio rural, e isso deve acontecer tendo por foco a Agricultura Familiar, consolidando e modernizando o segmento.

A Agricultura Familiar deve ser encarada também como alavanca do desenvolvimento rural. Mas isso exige, além do acesso à terra, acesso ao conhecimento, às tecnologias apropriadas, às infraestruturas (estradas e energia além de água para irrigação), ao crédito e aos mercados. (SACHS, 2003, p. 33).

Sobre este segmento, infere-se que dados do censo agropecuário de 2006 lhe atribuem a geração de 40% do Valor Bruto da Produção agropecuária, ademais se pode referenciar o resultado desta participação em alguns produtos

<sup>1</sup> De acordo com Golobovante (2010), o modelo dos 3 Ps, ou *triple bottom line* é o precursor do conceito de sustentabilidade atualmente conhecido. O modelo é composto pelas dimensões *people*, *planet* e *profit*, que, de acordo com Maia e Pires (2011), foi proposto pelo sociólogo britânico Jonh Elkington.



como: Mandioca (87%), Feijões (70%), Milho (46%), Café (38%), Arroz (34%), Trigo (21%), Soja (16%), Leite (58%), Aves (50%), Suínos (59%) e Bovinos (30%). Esse conjunto de informações reforça a relevância da Agricultura Familiar, especialmente o seu destaque na geração de alimentos em quantidade e variedade (BRASIL, 2009).

Neste sentido, cita-se ainda, a importância da produção de alimentos com base agroecológica, uma vez que para Caporal e Costabeber (2003), a ciência da agroecologia em seus múltiplos aspectos – produção, diversidade, mão de obra, cultura, entre outros – ganha ênfase nas discussões sobre desenvolvimento aliado à sustentabilidade, no qual a agricultura familiar assume papel fundamental, justamente pela sua característica essencial, a diversidade de produção, a qual perfaz uma das suas principais potencialidades para introduzir a agroecologia como estratégia de desenvolvimento (BAUINAIN, 2006).

Entende-se por agroecologia a produção de alimentos “que vai além” de uma atividade meramente econômica ou ambiental, sem a utilização de insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, mas se entende a agroecologia como uma atividade envolta por processos socioculturais, a partir de uma construção humana (ALTIERI, 1989; PAULUS e SCHLINDWEIN, 2001).

Assim, a agricultura familiar contribui ainda para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, entendida, de modo sucinto, como a garantia de acesso regular e permanente a alimentos adequados em quantidade e qualidade. Todavia na visão de Caporal e Costabeber (2003) só é possível a realização de uma alimentação saudável, a partir de uma agricultura sustentável, a qual permite o consumo de alimentos com qualidade biológica, além de valorizar a cultura e tradição alimentar e o saber local de cada população.

Extrapolando a argumentação de importância do modelo de produção familiar, pode-se também citar o número de pessoas envolvidas na produção oriunda do segmento, ao passo que a agricultura não familiar emprega 4,2 milhões de pessoas, a Agricultura Familiar proporciona atividade para 12,3 milhões, o correspondente a 74,4% da mão de obra do campo (BRASIL, 2009). Ainda sobre o argumento supracitado, os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que a cada 100 ha, a agricultura não familiar emprega 1,7 pessoas; em contrapartida, a Agricultura Familiar na mesma área ocupa 15,3 pessoas. Essa informação corrobora a importância da Agricultura Familiar e expande o leque de justificativas.

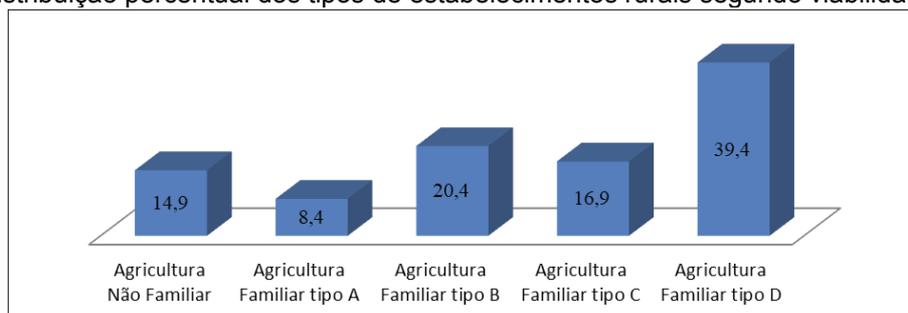
No que diz respeito ao número de estabelecimentos agrícolas e suas respectivas áreas, faz-se necessário salientar a grande concentração de terra no nosso país, haja vista que mais de 84% dos estabelecimentos agropecuários ocupam apenas 24% das terras, ao passo que aproximadamente 15,5% das propriedades ocupam quase 76% das terras. Nesse sentido, se o tamanho médio das propriedades for considerado uma variável relevante para o desenvolvimento das atividades na Agricultura Familiar, percebe-se que a distribuição de terras é um gargalo considerável o qual com urgência merece esforços para mitigá-lo.



Ademais para Sachs (2003), é contraditório o fato de que, no Brasil, a Agricultura Familiar possui um grande potencial de desenvolvimento, “de 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13,78 milhões (76,9%) estão na Agricultura Familiar” (SACHS, 2003, p. 31), e, ao mesmo tempo, constitua-se em um dos maiores repositórios de miséria e exclusão. Para ele, a Agricultura Familiar é um segmento muito heterogêneo, com diferenciações significativas, principalmente no que concerne ao tamanho das propriedades e de renda conquistada pelas famílias.

Tendo como objetivo organizar essa heterogeneidade, Sachs (2003) apresenta quatro classes de agricultura familiar, sendo a primeira composta por aqueles “estabelecimentos razoavelmente capitalizados, com futuro econômico assegurado” (SACHS, 2003, p.95), denominada Tipo A e que corresponde a 8,4% dos estabelecimentos totais. A classe D, composta por 39,4% dos estabelecimentos, é aquela que, segundo o autor, “a viabilidade econômica é questionável”, na qual os integrantes precisam de empregos não agrícolas para sobreviver.

Figura 1 – Distribuição percentual dos tipos de estabelecimentos rurais segundo viabilidade econômica



Fonte: Sachs (2003, p. 95).

Extinguindo-se os estabelecimentos não familiares e os familiares do tipo A e D, restam os estabelecimentos do tipo B e C, os quais, de acordo com o gráfico, correspondem a 20,4 e 16,9% dos estabelecimentos totais, respectivamente. Sachs (2003) enquadra esses dois tipos como uma categoria “cujo futuro, no que diz respeito à renda auferida pelo cultivo da terra, dependerá em grande medida das políticas públicas destinadas a ampará-los” (SACHS, 2003, p. 95). Apreendendo a realidade por este prisma, nota-se que a Agricultura Familiar é atualmente caracterizada, além de categoria social, como um espaço de ação política (NEVES, 2002) e é muito retratada em políticas, programas, projetos e discussões que abordam a sustentabilidade e o desenvolvimento rural por ela adjetivado.

De acordo com o entendimento de Sachs (2003), uma estratégia ou política pública que tenha por objetivo promover ou apoiar o desenvolvimento sustentável não pode negligenciar a Agricultura Familiar, o seu potencial produtivo - principalmente alimentar - por vezes ofertante e, por outras, demandante de tempo e



mão de obra. Para o autor, tais características são uma "verdadeira reserva de desenvolvimento" (SACHS, 2008, p. 125) e fazem com que ações de apoio à Agricultura Familiar afigurem-se "como alavancas importantes da estratégia de desenvolvimento" (SACHS, 2008, p. 126).

Contudo, conforme Guilhoto et al (2006), reconhecer que a agricultura familiar exerce um papel social muito importante é uma ação que não se questiona, porém, conforme o autor, a sua perpetuação é incerta, haja vista a pouca eficiência do segmento em promover os seus próprios interesses. Sem questionar o pessimismo do argumento, pode-se aproveitar a tese de que a Agricultura Familiar carece de mais organização e eficiência no que diz respeito à busca pelas condições ideais para o desenvolvimento das suas atividades. Ainda de acordo com o entendimento dos autores, o associativismo e o cooperativismo se apresentam como modelos de fortalecimento e promoção da permanência do sistema familiar frente a um cenário que no mínimo se mostra desfavorável para aqueles classificados por Sachs como agricultor familiar tipo B e C. Ademais, Borile (2013) segue o mesmo entendimento ao afirmar que o cooperativismo tem sido adotado como um modelo propício para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, sua consolidação e perpetuação.

### 2.3. COOPERATIVISMO NO CONTEXTO HISTÓRICO MUNDIAL

Tratando-se etimologicamente, a palavra "cooperativa" tem sua origem no latim, mais especificamente do vocábulo *cooperarique*, que significa cooperar, colaborar, realizar trabalhos com os outros, unir a própria ação a de outro para produzir o mesmo efeito (MANDALAZZO; RAMOS, 2004; VIEIRA, 1873).

Partindo de uma conceituação mais atual, "cooperativa" é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido (ACI, 1995; CARDOSO, 2014).

A origem do cooperativismo moderno pode ser historicamente alocada em meados do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial, sobrepondo o mercantilismo e a economia feudal (LAGO, 2009). De acordo com Salazar (2009), Mladenatz (2003) e Schneider (1999), estabelece-se um consenso entre os historiadores do cooperativismo de que tal contexto deu força e institucionalizou o movimento; contudo, enfatiza-se a existência de vestígios de "relações cooperativas" em épocas mais remotas. "Em todas as épocas da vida da humanidade, encontram-se formas de economias coletivas que se aproximam mais ou menos da forma cooperativa" (MLADENATZ, 2003, p. 17).



Situado na Inglaterra, esse movimento teve seu início oficial registrado em 1844 em um bairro da cidade de Manchester onde surgiu a primeira cooperativa. Esta iniciativa foi constituída por 27 homens e 1 mulher, os quais buscavam baratear os custos da subsistência, adquirindo produtos em maior quantidade. Os 28 fundadores, todos tecelões, atribuíram o seguinte nome à sociedade que haviam fundado: "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" (ALMEIDA e BRAGA, 2006).

Para Lago (2009), as mudanças na conjuntura econômica, provenientes da Revolução Industrial, forjaram um clima perfeito para que a classe dos agricultores, dos operários e dos pensadores sociais buscassem respostas alternativas àquela situação desfavorável, caracterizada por condições miseráveis e desumanas, tais como a imposição de 10 horas de trabalho para as crianças e 14 horas para adultos, acrescida da marginalização dos artesãos, que, aos poucos, seriam substituídos pelas máquinas. Ademais, o trabalho de alguns pensadores sociais foi de grande importância para a solidificação do movimento cooperativista, podendo-se, dentre eles, citar Robert Owen (1771–1858) e Charles Fourier (1772–1837), que, em suma, pregavam uma sociedade mais justa, participativa e inclusiva, com maiores condições de se alcançar o bem-estar das pessoas.

Para Almeida (2010), viver a infância em uma cidade muito rural pode ter influenciado Roberto Owen no gosto pela natureza e pelo campo. Tendo o jovem saído de casa muito cedo, teve várias experiências profissionais, em algumas se relacionando com um público mais elitizado e, em outras, com um público mais humilde. Essa diversa experimentação teve considerável contribuição na formação do seu caráter e de ideias que futuramente viria a aplicar.

Ponto forte de sua contribuição, as aldeias cooperativas – "*Villages Of Unity And Mutual Co-Operation*"<sup>2</sup> – constituíam espaços onde a indústria convivia pacificamente com a agricultura, comunidades baseadas no ideário da propriedade coletiva, da produção e do consumo autossustentado, de bens industriais e de produtos da agricultura. Tratava-se de uma comunidade calcada na educação de suas crianças, na formação de indivíduos moralmente superiores e de preparação profissional útil (MLADENATZ, 2003; ALMEIDA, 2010).

Segundo Mladenatz (2003), Owen primeiramente se dirigiu aos patrões das empresas e, posteriormente, aos governos, solicitando melhorias na situação da classe operária, porém sem obter êxito. Encontra-se no centro do pensamento de Owen a noção sobre o ganho, a qual é caracterizada por ele como a maior chaga da humanidade. "Isso resulta do fato de os bens econômicos serem vendidos a um preço mais elevado do que o preço de custo, que é o justo preço. Esse lucro é, pois, injusto. Daí sua teoria da troca equânime" (MLADENATZ, 2003, p. 39).

A relação entre o ideário de Owen com o cooperativismo moderno, protagonizado pelos pioneiros de Rochdale fica mais clara ao se constatar que a ideia da supressão do lucro comercial resultou na ideia de extinção dos intermediários, e a

---

2 Vilas de Unidade e Cooperação Mútua



solução prática para essa teoria é a criação de cooperativas de consumo. Não em vão, uma boa parte dos pioneiros foram seguidores de Robert Owen. Ainda segundo o entendimento de Mladenatz, Owen foi o primeiro a empregar o termo “cooperativa”, nesta feita, utilizado fundamentalmente para representar oposição à noção de concorrência.

Os sete princípios do cooperativismo<sup>3</sup> tiveram sua base constituída em 1844, aprimorada pelos próprios pioneiros no ano de 1854, além de mais adiante por cooperados participantes nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional em Paris e Viena, respectivamente em 1937 e 1966. A redação mais atual dos princípios cooperativistas foi dada em setembro de 1995 no congresso realizado na Inglaterra, cidade de Manchester.

Delfino (2010) afirma que os valores devem nortear a ação das cooperativas e que os princípios são as diretrizes mediante as quais as sociedades cooperativas colocam os seus valores em prática. Infere-se que a aplicação dos princípios em uma cooperativa pode ser percebida de maneira individual, porém acredita-se que a postura resultante da aplicação de todos eles, constitui uma garantia de que o desenvolvimento dar-se-á de maneira sustentável.

A possibilidade que um cidadão tem, ao ingressar em uma sociedade cooperativa, de acessar a um determinado mercado, constitui uma liberdade importantíssima, pois é por meio desse mercado que ele pode adquirir o seu sustento. A oportunidade de decidir os rumos da instituição cooperativa à qual ele

---

3 Adesão Voluntária e Livre: as cooperativas são organizações abertas a todo e qualquer pessoa que queira e se enquadre nos estabelecidos em seu estatuto, sem discriminações de sexo, gênero, sociais, raciais, políticas e religiosas. Em tese, ninguém pode ser coagido a ingressar em uma sociedade cooperativa, tampouco a permanecer nela. 2 – Gestão Democrática: as cooperativas são organizações fundamentadas sob o ideário da democracia e devem ser controladas pelos membros que participam efetivamente da formulação de suas diretrizes. Os representantes eleitos para conduzir os trabalhos da sociedade o fazem respaldados pelos demais que os nomearam. 3 – Participação econômica dos Membros: todos os integrantes da sociedade são responsáveis pela integralização do capital da cooperativa de maneira igualitária, o qual deve ser administrado de maneira coletiva. Além disso, as eventuais sobras no final do exercício devem ser divididas entre os cooperados ou destinadas ao fortalecimento da organização. 4 – Autonomia e Independência: as cooperativas são organizações autônomas, que promovem a ajuda mútua. Devem se resguardar, se em algum caso receberem capital externo ou apoio de outros entes, para que essa situação não comprometa a sua independência. 5 – Educação, Formação e Informação: constitui uma obrigação da cooperativa promover um ambiente favorável, em que a educação e a formação do seu quadro social, diretor e profissional possa contribuir com a atuação nas decisões e atividades da cooperativa. Também deve ter espaço na agenda da cooperativa a difusão de informações para os seus integrantes, jovens, mulheres e líderes, sobre a situação da sociedade e as vantagens da cooperação. 6 – Intercooperação: as cooperativas se tornam mais eficientes na defesa e promoção dos interesses dos seus membros na medida em que trabalham em conjunto, mediante estruturas coletivas, projetos conjuntos, ações representativas e outras. 7 – Interesse pela Comunidade: as cooperativas devem trabalhar tendo em vistas a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades, do meio e das pessoas que ali vivem (DELFINO, 2010; CARDOSO, 2014; LAGO, 2009).



pertence, bem como o processo educativo que a instituição pode oferecer aos seus cooperados, são ferramentas importantes para a promoção da sustentabilidade. Com essa simples comparação, não se almeja esgotar as relações entre os princípios cooperativos com o desenvolvimento sustentável.

Não utilizar o interesse pela comunidade, pelo meio ambiente e pelas pessoas nessa comparação, em hipótese alguma os pretere, tampouco subtrai a importância de cada um deles na composição de uma sociedade justa, haja vista que estes não deixam de ser grandes aliados das cooperativas que vislumbram o desenvolvimento com sustentabilidade.

Para Miranda et al (2010), o Desenvolvimento Sustentável é totalmente dependente de uma consistente modificação na postura do homem, passando a reconhecer a sua importância para o meio e a importância do meio onde vive para a sua existência. Para os autores, o desenvolvimento sustentável será realidade a partir do instante que os homens adotarem, refletindo e praticando, os valores cooperativos fundamentais (ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade) e éticos (honestidade, transparência, responsabilidade, vocação social), ou seja “ao prevalecer[em] os valores cooperativos como guia de sua existência, o homem logrará resgatar o horizonte histórico que estampou possibilidades concretas de construção de uma sociedade justa e igualitária, baseada em princípios de transformação” (MIRANDA et al, 2010, p. 27).

Neste momento cabe referenciar o estudo de Macedo et al (2005) que se propôs a mapear os valores individuais dos dirigentes e a sua percepção sobre os valores organizacionais de suas instituições. Nesse sentido, considera-se um grande achado desta pesquisa ousar comparar tais aspectos em três tipos diferentes de organizações: públicas, privadas e cooperativas. Puderam concluir que os dirigentes das cooperativas foram os que mais valorizaram, dentre outros aspectos, o fortalecimento dos costumes culturais e religiosos e o controle de comportamentos dissonantes em relação às normas sociais. A propósito da percepção dos gestores das cooperativas sobre os valores presentes na organização, os autores concluíram que – muito mais do que nos outros modelos de organizações – percebe-se a priorização dos valores de justiça social, da igualdade, da responsabilidade, da equidade na distribuição do poder, a valorização da proteção da natureza e da cooperação e integração interorganizacional.

Mesmo estando fora do escopo deste trabalho, porém a título de comparação, os diretores das outras organizações priorizam os valores da autoridade, do poder social, da influência, da fiscalização e da supervisão (MACEDO et al, 2005). Contudo, cabe ressaltar que, ainda se tratando das percepções dos dirigentes das cooperativas, os valores de hierarquia estão presentes, porém são os menos praticados.

É de se ressaltar que um dos momentos fundamentais para o bom andamento de uma cooperativa são as Assembleias Gerais. Igualmente, para que



uma cooperativa possa constituir-se, o primeiro ato oficial a ser realizado é chamado de Assembleia de Constituição, na qual, dentre outros assuntos é debatido e aprovado o estatuto social, é eleita a primeira diretoria e o primeiro conselho fiscal e também são definidos os pormenores da administração da cooperativa (ALVES et al, 2010).

Sobre a Assembleia Geral, infere-se que no caso específico do Brasil tem-se a definição dada pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

[...] órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. (BRASIL, Lei nº 5.764).

Entretanto, Singer (2013), atenta ao fato de que em alguns casos as assembleias podem ser utilizadas apenas como maneira de informar algo deliberado durante o ano e que a aprovação dos relatórios pode se tornar apenas um ato “proforma”. Para o autor, a desatenção, por vezes, pode fazer com que esse momento tão importante para a definição dos rumos das cooperativas se preste apenas para consumir os atos procedidos durante o ano.

Em outro extremo, encontram-se outras cooperativas onde a participação ocorre de maneira desejável, e esta situação pode ser ocasionada pelo simples fato de que os cooperados se realizam em participar da vida da cooperativa, ou pelo gosto de atuarem em favor de seus benefícios e dos benefícios do próximo, ou por acreditar e se realizarem na busca de um modo de produção mais justo, democrático e solidário (SINGER, 2013).

Um dos fatos que difere as cooperativas das empresas convencionais é que, apurando-se sobras no exercício, elas podem ser divididas entre os cooperados, na proporção em que usufruíram dos serviços da cooperativa e, da mesma forma, as despesas da sociedade cooperativa devem ser custeadas, de maneira proporcional pelos cooperados, na proporção em que se beneficiaram dos préstimos da entidade.

### 2.3. COOPERATIVISMO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Diversos autores e variadas interpretações oferecem subsídios para temporizar as primeiras experiências cooperativas no Brasil. De acordo com Reis Junior (2006), foi em 1847 que o médico francês Jean Maurice Faivre organizou a Colônia Agrícola Tereza Cristina, em Cândido de Abreu, um pequeno município da região central do estado Paraná. Segundo Rocha-Pinto (2011), Faivre era adepto dos ideais de Fourier e, juntamente com outros imigrantes europeus, empenhou-se em constituir essa comunidade em moldes humanitários e em bases cooperativas. Ao se



observar atentamente a data de fundação dessa colônia, percebe-se que ela foi fundada apenas 3 anos após a fundação da cooperativa em Rochdale.

Pires et al (2004) mencionam que, em 1891, deu-se a criação da Associação Cooperativa dos Empregados na cidade de Limeira – SP e, em 1894, em Pernambuco, criou-se a Cooperativa de Consumo de Camaragibe. A partir de 1902, foram criadas as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, sendo a primeira localizada na cidade de Nova Petrópolis, e, em 1907, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais. Já segundo Pinho (2004), nesse meio tempo, houve a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889.

Para Alves e Saquet (2014), apesar de as cooperativas terem surgido no Brasil a partir do século XX e exercerem um grande papel na economia nacional, tal participação fica pequena se comparada com a do cooperativismo em outras nações. Para eles, essa informação é confirmada pelos dados da Aliança Internacional Cooperativa, os quais mostram, no Brasil, um total de 5.762 milhões de pessoas cooperadas, o correspondente a 3% da população total. A título de comparação, na Colômbia, o percentual de cooperados é de 8,01% da população; no Canadá é de 40%; Estados Unidos e Alemanha, 25%; e em Singapura, 50% da população integra o quadro social de, pelo menos, uma cooperativa.

No Brasil, presentemente, existem duas vertentes do cooperativismo, com forças e expressões distintas em cada um dos segmentos que aglutinam. Um dos grupos é representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), criada em 1969, no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo e registrada no dia 8 de junho de 1970. De acordo com o documento "Agenda Institucional 2017 da OCB", existiam 6.655 cooperativas a ela ligadas em 2015, sendo que, dentre elas, 1.555 eram do ramo agropecuário, 1.205 do ramo transporte e 976 do ramo de crédito (OCB, 2017).

Quadro 1 – Panorama do Cooperativismo da OCB no Brasil em 2015.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuárias	1.555	1.016.606	188.777
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.308	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Habitacional	293	114.567	886
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Mineral	79	57.204	187
Produção	257	12.494	3.458
Saúde	813	225.191	96.230
Trabalho	895	193.773	1.580
Transporte	1.205	136.425	11.209
Turismo e Lazer	23	1.823	15
Totais	6.655	13.230.960	376.795

Fonte: OCB (2017), organizado pelo autor.



De acordo com os dados da OCB (2017), o universo cooperativo por ela representado exerceu um papel importante no cenário das exportações do país, chegando em 2016 contribuir com o montante de US\$ 5,137 bilhões fruto de negociações comerciais com 147 países (dentre eles destacam-se China, Alemanha e Estados Unidos). Dos principais grupos de produtos exportados por estas cooperativas pode-se referenciar: Complexo Sucroalcooleiro, Complexo da Soja, Carnes, Cafés, Cereais (OCB, 2008). Os estados que mais contribuíram para essas importações, figuram em primeiro e segundo lugar São Paulo e Paraná, respectivamente, com 2 e 1,1 bilhões de dólares e em terceiro lugar o estado de Minas Gerais com 633 milhões de dólares OCB (2017).

Ao se observar tais dados, pode-se entender que as cooperativas representadas pela OCB possuem uma vocação grande para a exportação de seus produtos e que, mesmo atuando com diversos ramos de cooperativismo, o ramo agropecuário tem um lugar especial principalmente no que pesa o número de cooperativas (1º lugar), o número de cooperados (3º lugar, perdendo apenas para as cooperativas de crédito e consumo) o número de empregados (1º lugar) e a participação na exportação, ficando os produtos agropecuários na vanguarda, seguidos pela exportação de minérios e calçados (OCB, 2017).

Isto posto, torna-se plausível um questionamento sobre a possibilidade deste cooperativismo agropecuário solucionar problemas alimentares locais ou regionais, bem como sobre o possível impacto gerado pela monocultura extensiva por ele praticado. Tendo por base estes e diversos outros questionamentos é que surge o conceito de um novo modelo de cooperativismo agropecuário, denominado “cooperativismo da Agricultura Familiar com intenção Solidária” ou também chamado de “cooperativismo solidário”.

Enquanto a OCB representa um grupo de cooperativas, outro grupo de empreendimentos, os quais não se sentiam representados fundaram a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) em junho de 2005 no estado de Goiás (SILVA, 2006). Segundo informações da UNICAFES, existe em seu organograma instâncias estaduais situadas em dezessete estados brasileiros. As UNICAFES Estaduais estão espalhadas nas 5 regiões brasileiras e totalizam, aproximadamente, 1.100 cooperativas.

Um dos pontos fortes na divergência entre a UNICAFES e a OCB é retratado por Silva (2006) ao referenciar que as cooperativas ligadas à OCB possuem uma ênfase demasiada na eficiência econômica e na adequação do empreendimento às regras do mercado. Não que as ligadas a UNICAFES não se preocupem com estes fatores, contudo, a vanguarda de tais preocupações pode demandar a não priorização da fundação social da cooperativa, deixando o gestor em uma posição muito delicada.



De acordo com Alves e Saquet (2014), o número de associações e cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Brasil não é preciso, pois não existem bases de dados completas que aglutinem as informações do setor, contudo estima-se que se aproxime de 30 mil empreendimentos. Dados da UNICAFES apontam que, em 2012, o seu universo chegava a 789 cooperativas, congregando 365.145 cooperados. Dos três estados do Sul, o Paraná foi o que apresentou o número maior de empreendimentos em 2012, chegando a 178 cooperativas, com um total de 141.703 cooperados (ALVES e BORILE, 2012).

Uma nova página é redigida no cenário do cooperativismo nacional no início de 2014 quando a já referenciada UNICAFES se articula com outras duas organizações cooperativas, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) para em Brasília, no dia 30 de Janeiro de 2014 criarem, aprovarem o estatuto e o conselho diretor da UNICOPAS, União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (BRASIL, 2017).

Com o advento desta nova organização, pode-se inferir que o universo do cooperativismo solidário passou a contar com uma representação mais completa, tanto no que diz respeito a seu peso institucional quanto na organização das pautas de trabalho. De acordo com documentos institucionais da UNICOPAS, a sua base social é ramificada em todos os estados do país e composta por mais de 2.000 cooperativas, nas quais se organizam aproximadamente 550.000 cooperantes, sendo eles "agricultores (as) familiares, assentados (as) da Reforma Agrária, quilombolas, pescadores (as) artesanais, trabalhadores do campo, das florestas e das cidades organizados, segundo os princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária" (UNICOPAS, 2015).

#### **2.4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A APROXIMAÇÃO DO COOPERATIVISMO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ao se observar a sociedade contemporânea – e faz-se isso não por escolha e sim por necessidade – pode-se constatar que o ser humano vive culturalmente embrenhado no capitalismo, no individualismo e em outras posturas consideradas intoleráveis, como, por exemplo, a exploração predatória do meio ambiente. Ressalta-se, em tal contexto, que

[...] a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. (SANTOS, 1987, p. 61).

Nesse sentido, se a sociedade vive atualmente pautada nesses valores, tal relação é o resultado de ações passadas, ou seja, uma herança, a qual pode ser



derivada de processos produtivos e práticas sociais. Além disso, de acordo com o autor, é a cultura, agora não individual e sim coletiva, que nos concede noções de pertencimento. O sentimento de pertença se dá por meio das proximidades identificadas nas práticas culturais (SANTOS, 1987).

Não restrito ao passado e à herança, Santos (1987) sugestiona o papel do reaprendizado como uma maneira de romper com padrões pré-estabelecidos, mas que não agradam todos os cidadãos, sejam padrões pautados no capital, na tirania, na ditadura de normas ou outros não mais aceitos, e, nesse contexto, uma das alternativas é a prática da economia solidária.

Alguns desses padrões repercutem em diversas mazelas sociais, como o desemprego, a exclusão dos mercados, a exploração do trabalho e outros, os quais, de acordo com os autores já abordados nesse trabalho não combinam de modo algum com o desenvolvimento sustentável e solidário.

A alienação no trabalho, a heterogestão e a meritocracia são pressupostos valorizados no livre comércio e corroborados pela importância do capital. "Se muitos estão excluídos do mercado porque não têm capital, isso apenas confirmaria que eles são menos capazes" (SINGER, 2008, p. 289). Para Singer (2008) a economia solidária é uma ferramenta que demonstra quão dispensável é essa afirmação e toda a carga ideológica que ela carrega em si.

Contrapondo a esses pressupostos "capitalistas", a economia solidária é uma ferramenta do desenvolvimento, um

[...] processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p. 07).

Ademais, Sachs (2003, p. 81) preconiza que a economia solidária "pressupõe uma espécie de revolução cultural, a rejeição dos valores liberais e individualistas, que veem no darwinismo social a força motriz indispensável do progresso".

Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se em um cenário desconfortável, com a esperança, não de ser uma alternativa oponente ao capitalismo, e sim uma possibilidade "superior", não em termos financeiros, apesar de não negar a sua importância, mas almejando outro objetivo: a qualidade de vida das pessoas. Agricultores, trabalhadores, consumidores se relacionam melhor, produzem de maneira sustentável, comercializam de maneira justa e consomem com menor dispêndio de capital (SINGER, 2013). Em suma, a economia solidária foi idealizada para "proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor" (SINGER, 2013, p. 114).



Para Singer (2013) e Sen (2013), uma vida melhor significa muito mais do que ter poder econômico, significa ter liberdade de escolher em que trabalhar, liberdade de escolher o que produzir, liberdade de escolher para quem e onde vender, não precisando submeter-se a imposições alheias e tendo possibilidade de participar das decisões que influenciam os rumos de sua vida.

Aprimorando tal reflexão, Singer (2013) ainda argumenta que, para a sociedade ser mais justa, é imprescindível a igualdade entre todos os seus integrantes. As relações deveriam ser solidárias e não competitivas. Para tanto, em se tratando de atividades econômicas, a postura necessária é de cooperação – não de competição. Para que isso ocorra, a organização da economia deve primar pela igualdade entre os que se associam, seja para produzir, comercializar, consumir ou poupar.

Para Singer (2013), uma das principais diferenças entre as empresas solidárias e as empresas capitalistas é a maneira como são administradas, principalmente no que se refere ao conhecimento. No modelo de heterogestão, os trabalhadores pouco sabem sobre a empresa e desempenham serviços provenientes de ordens superiores. Para o autor, o conhecimento sobre a empresa aumenta na medida em que o colaborador evolui hierarquicamente no organograma empresarial. Já para uma empresa solidária, a prática prioritária é a autogestão, ou seja, todos os integrantes do organograma devem participar de maneira ativa na decisão dos rumos da empresa e para isso se subentende que o conhecimento seja partilhado de maneira igualitária entre todos os envolvidos (SINGER, 2013).

De acordo com Singer (2013), uma das premissas da autogestão é a informação e a participação. Segundo o autor, faz-se necessário que os sócios se mantenham informados sobre o que verdadeiramente ocorre em seu empreendimento e também sobre as alternativas viáveis para a resolução dos problemas pelos quais se passa. Contudo, vale evidenciar que “a autogestão só pode viabilizar-se através da vontade coletiva dos membros envolvidos numa produção comunitária” (GUTIERREZ, 1988, p. 09).

É importante enfatizar que não existe viabilidade em tentar afirmar qual modelo de gestão é o melhor. Tanto a autogestão quanto a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, servindo para o alcance de objetivos distintos. Conforme Singer (2013), a heterogestão, se bem aplicada, é eficiente em transformar empresas competitivas e lucrativas, ao passo que a autogestão se ocupa em transformar as empresas solidárias, além de economicamente viáveis, em polos praticantes da democracia e da igualdade entre os envolvidos.

Outro fator determinante, que difere as cooperativas solidárias das demais, trata-se do fluxo de informações. Referencia-se que, em uma empresa solidária, as ordens e instruções devem surgir de baixo para cima, e as informações e demandas, de cima para baixo. Ou seja, os cargos gerenciais devem ser pautados pela deliberação do coletivo, devendo-se repassar para eles relatórios e relatos da



situação conjuntural do empreendimento (SINGER, 2013). Tais deliberações devem acontecer sempre que possível em Assembleias Gerais e cabe à gestão da cooperativa organizar este momento de maneira que permita a participação de todos os cooperados. Nos casos onde algumas decisões cotidianas não podem esperar por uma Assembleia, cabe aos dirigentes da cooperativa dar os encaminhamentos necessários sempre primando e respeitando os direcionamentos macro dados pelo conjunto de cooperados. Ilustra este fato a assertiva de Singer (2013) ao dar conta de que em uma cooperativa, quando ela é pequena:

[...] todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2013, p. 18).

É válido ressaltar ainda, que embora as cooperativas solidárias se sustentem em princípios diferenciados, no que tange à profissionalização da gestão, afirma-se ser perfeitamente aceitável que se remunere, com salários adequados ao mercado, os técnicos e administradores, pois essa gestão profissional permite à cooperativa "alcançar ganhos maiores que beneficiam o conjunto dos sócios, inclusive os que possuem retiradas menores" (SINGER, 2013, p. 13).

Em suma, duas palavras podem resumir a eficiência na prática da autogestão: a disponibilidade e a competência dos que se propõem a desempenhar papéis, tanto em níveis estratégicos quanto táticos ou operacionais.

De acordo com Pontes e Pinto (2009), em nível estratégico, cabem as funções de planejar, organizar e controlar. Nesse nível, compete atuação da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Para o nível tático, cabem as funções de coordenar, dirigir e supervisionar, as quais podem ser desempenhadas por gerentes, gestores e assessores. Para o nível operacional, cabe a tarefa de executar o deliberado ou encaminhado pelos outros dois níveis. Essas tarefas podem ser desempenhadas por empregados das cooperativas, mas também pelos próprios cooperados, comprometidos com o bom andamento das atividades comuns do empreendimento. Cabe destacar que o cooperado deve estar inserido nos três níveis organizacionais da cooperativa, sendo esse o princípio da autogestão e na medida em que está inserido, este deve além de se dispor ao exercício buscar aproveitar as oportunidades e se capacitar tendo em vista a busca pela excelência no desempenho de sua função.



### 3. CONCLUSÃO

Por meio deste levantamento bibliográfico é possível tecer algumas conclusões, as quais não têm por finalidade se tornar verdades absolutas. Uma destas é de que a agricultura familiar figura no cenário nacional como uma grande alavanca para o desenvolvimento rural, haja vista a sua importância, tanto no que se refere ao potencial produtivo, não simplesmente de *commodities*, mas sim de alimentos primordiais para a alimentação da população, bem como no emprego da mão de obra no campo e no pequeno percentual de terras ocupadas, fator este que não corrobora para a pressão do desmatamento, situação esta que na maioria das vezes favorece unicamente ao grande negócio agrícola.

Outra possível constatação é a de que a agricultura familiar, ao produzir alimentos por vezes consumidos localmente, colabora com meio ambiente, pois evita deslocamentos desnecessários (os quais geram poluição, desgastes em rodovias, dentre outros), permite que economia se fortaleça localmente, além de contribuir com a valorização da tradição e cultura alimentar, por meio da produção diversificada, bem como possibilitar acessos a alimentos frescos e, geralmente, dotados de qualidade as quais não se encontram em alimentos processados e ultraprocessados.

Todos estes adjetivos oferecidos ao termo agricultura familiar fizeram com que boa parte dos autores abordados neste estudo a considerassem uma promotora do desenvolvimento com sustentabilidade, pois o seu desdobramento leva em consideração diversos aspectos que são tidos como primordiais pelos teóricos da sustentabilidade (respeito ao meio ambiente, liberdade e participação econômica, trabalho com vistas ao não comprometimento de gerações futuras, fortalecimento à economia local).

Por outro lado, referencia-se a classificação de agricultura familiar apresentada por Sachs, onde nesta, um considerável percentual de agricultores não possui garantia de perpetuação. Para estes agricultores uma das possíveis alternativas é o cooperativismo, haja vista que por meio da cooperação podem lhes ser assegurados três pontos fundamentais: acesso as tecnologias, ao crédito e ao mercado.

Sobre o cooperativismo, infere-se que no Brasil, este é organizado basicamente em duas vertentes: uma representada pela OCB e outra pela UNICOPAS. O cooperativismo que mais se aproxima da economia solidária é aquele que se aglutina junto à UNICOPAS e que em sua essência busca manter os princípios e os valores do cooperativismo elaborados nos primórdios do movimento mundial. Dentre estes princípios se considera importante nominar os que dizem respeito a perpetuação das práticas democráticas, a troca de informações e a formação e a educação.

Sobre os macrotemas discutidos nesse artigo (agricultura familiar e cooperativismo solidário) se identifica uma íntima ligação destes com os 17 objetivos



para transformar o nosso mundo. Alguns dos objetivos podem ser vinculados com maior nitidez aos temas discorridos cabendo a este momento um esforço preliminar de relacionamento o qual pode servir de inspiração para estudos posteriores.

Ao se levar em consideração o potencial de ocupação de pessoas na produção agrícola familiar, bem como a inserção de agricultores familiar nos mercados por meio do cooperativismo, principalmente o solidário constata-se ligação direta com o Objetivo 1: "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares".

O potencial produtivo de alimentos da agricultura familiar, bem como a vocação para o comércio justo e local do cooperativismo solidário se vincula diretamente ao Objetivo 2: "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável".

Sendo a fome uma das grandes causas de mortalidade, principalmente infantil, e o entendimento de que boa parte dos alimentos consumidos pela população está contaminada por agrotóxicos, tem-se na economia solidária e na agricultura familiar, principalmente a de base agroecológica, um ferramental para se concretizar o Objetivo 3: "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades".

Ao se levar em consideração que a agricultura abordada é de base familiar, infere-se que nela atuam, além do homem, a mulher e os jovens da família, e ao se vislumbrar a economia solidária como um espaço democrático, plural e de empoderamento dos indivíduos, conclui-se que o Objetivo 5: "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" também é contemplado pelos segmentos em questão.

O Objetivo 8: "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" é também um dos 17 que se relaciona com proximidade aos temas sobretudo no que diz respeito ao foco estabelecido pelo segmento familiar e solidário da agricultura e do cooperativismo.

No bojo da agricultura familiar galgou-se a mudança de *status* de um segmento atrasado, ineficiente e inadequado para adjetivos como moderno, eficiente, sustentável, solidário e produtor de alimentos (PICOLOTTO, 2014) e de fato a economia solidária é uma vertente que busca com muita vontade a redução das desigualdades, neste sentido, acredita-se que Objetivo 10: "Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles" e 12: "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis" encontram-se contemplados pelos ideários em questão.

Um dos argumentos apresentados sobre a importância da agricultura familiar é a estreita relação com o meio ambiente, seja na sua prática cotidiana ou na pouca pressão que a mesma exerce na expansão das fronteiras agrícolas, neste sentido conclui-se que os Objetivos 13: "Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos" e 15: "Proteger, recuperar e promover o uso



sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade" encontram-se contemplados pelo tema em questão.

Por derradeiro, como sugestão de trabalhos futuros que venham a complementar o esforço iniciado neste, sugere-se um maior aprofundamento nos 17 objetivos e nas 169 metas e uma sistematização pormenorizada dos pontos convergentes destas com a agricultura familiar e o cooperativismo solidário na construção de um mundo melhor e mais justo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr., 1998.

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaración de la Alianza Cooperativa Internacional sobre la Identidad Cooperativa**. Manchester: Reino Unido, 1995.

ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de; BRAGA, Ricardo Peake (Coord.). **Cooperativas à luz do Código Civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ALMEIDA, Olga Maria de Azevedo. **Utopias realizadas**: Da New Lanark de Robert Owen à Vista Alegre de Pinto Basto. 2010, 121 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Anglo-americanos) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas, Rio de Janeiro: FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989. 237 p.

ALVES, Adilson Francelino et al. Manual para Cooperativas: **Boas práticas na gestão cooperativada**. Francisco Beltrão: UNIOESTE/UNICAFES/SETI, 2010. Disponível:

<[http://www.unicafesparana.org.br/uploads/publicacoes/54/MANUAL\\_PARA\\_COOPERATIVAS\\_II.pdf](http://www.unicafesparana.org.br/uploads/publicacoes/54/MANUAL_PARA_COOPERATIVAS_II.pdf)> Acesso em: 23 dez. 2014.

ALVES, Adilson Francelino; BORILE, Luiz Claudio. **Desafios das políticas Públicas para a organização do Cooperativismo Solidário na Agricultura Familiar**. Francisco Beltrão: 2012, Disponível em: <<http://gestaodecooperativas.com.br>> Acesso em: 05 de mar. 2015.



ALVES, Adilson Francelino; SAQUET, Marcos Aureliot. La reproducción de las cooperativas de agricultura familiar y economía solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economía solidaria (UNICAFES). **Perfil de Coyuntura Económica**, Medellín, n. 23, jul., p. 125-144, 2014.

BORILE, Luiz Claudio. A cooperativa Central da Agricultura Familiar e sua interface na economia solidária. In: **Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas** – CONAPE, 2., 2013, Francisco Beltrão. Anais eletrônicos... Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2013. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/ii\\_conape/Arquivos/adm/Artigo30.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/ii_conape/Arquivos/adm/Artigo30.pdf)>. Acesso em: 05 de mar. 2013.

BRASIL. Cooperativas se unem para fortalecer agricultura familiar. Portal Brasil, Brasília, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/cooperativas-se-unem-para-fortalecer-agricultura-familiar>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de Dez. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.emater.al.gov.br/agricultura-familiar/Censo%20da%20Agricultura%20familiar.pdf/view>> Acesso em: 14 dez. 2014.

BUAINAIN, Antônio Marcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 1 ed, 2006.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **COOPERATIVA**: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, 2014.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 10 mai. 2017.



COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Tradução de Our common future. 1. ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 24 ago. 2014.

COSTABEBER, Jose Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DE' CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 100, p. 105-130, 2013.

DELFINO, Islania Andrade de Lira et. al. A relação entre valores pessoais e organizacionais comparados aos princípios do cooperativismo. **Revista interinstitucional de psicologia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 67-80, jan./jul., 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica: Alternativas de Gestão Social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ELLIS, Frank; BIGS, Stephen. Evolução de temas sobre desenvolvimento rural entre 1950 a 2000. **Análise da Política de Desenvolvimento**, 19 (4): p. 437-448, 2001.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GOLOBOVANTE, Maria da Conceição. Sustentabilidade, cultura e comunicação: triplo desafio para as organizações. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 98-107, mai/ago., 2010.

GUEDES, Valdir Lamim. Consciência Negra, Justiça ambiental e Sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 223-238, jul/dez., 2012.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ICHIHARA, Silvio Massaru; AZZONI, Carlos Roberto. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006.



GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 7-19, Jun., 1988.

LAGO, Adriano. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. 2010. 178 f. Tese (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MACÊDO, Kátia Barbosa. et al. Valores individuais e organizacionais: estudo com dirigentes de organizações pública, privada e cooperativa em Goiás. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 8, p. 29-42, 2005.

MAIA, Andrei Giovanni; PIRES, Paulo dos Santos. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **RAM, Revista de Administração Mackenzi**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 177-206, 2011.

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto; RAMOS, Liliana Bortolini Ramos. Cooperativismo Paranaense e a nova Cidadania. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 8., Coimbra, 2004. Anais eletrônicos... Coimbra: CES, 2004. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/SilvanaMandalozzo\\_LilianaRamos.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/SilvanaMandalozzo_LilianaRamos.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MIRANDA, José Eduardo et al. Meio ambiente e cooperação os valores cooperativos como pressuposto de sustentabilidade. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo – Journal International Association of Cooperative Law**, n. 44, p. 17-28, 2010.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confedbras, 2003.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In. Gasques, J. G., Vieira Filho, J.E.R.. Navarro, Z. (Orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. IPEA. Brasília, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 133-159.



NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 9-24, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Apresentação Institucional**. 2008. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/apresentacao\\_institucional\\_gemerc\\_2007.pdf](http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/apresentacao_institucional_gemerc_2007.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Agenda Institucional do Cooperativismo - 2017**. Disponível em: <[http://somoscooperativismo.coop.br/arquivos/Publicacoes/agenda\\_institucional.pdf](http://somoscooperativismo.coop.br/arquivos/Publicacoes/agenda_institucional.pdf)> Acesso em: 30 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em <[http://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods\\_2edicao\\_web\\_pages.pdf](http://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PAULUS, Gervásio; SCHLINDWEIN, Sandro Luis. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001. p. 44-52.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 63-84, 2014.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva et al. **Cenário e tendência do Cooperativismo Brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

PONTES, Hélio Silva; PINTO, Daniel Mendes. **Formação de Conselheiros Fiscais de Cooperativas**. Santarém: Serviço Florestal Brasileiro, 2009

REIS JUNIOR, Nilson. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.



ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. “Tu me ensina a fazer renda”, eu te ensino a trabalhar: a organização do trabalho de uma cooperativa popular. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 35-51, jan./mar., 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALAZAR, Alina Marcela Bustamante. Cooperativismo de trabajo asociado y estrategia: Revisión de literatura. **Revista científica Pensamiento y Gestión**, n. 27, jul./dez., 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Monika Weronika Dowborda. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas: uma análise comparativa entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL/Brasil)**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, São Paulo, mai./ago., 2004.



SINGER, Paul. Economia Solidária – Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, São Paulo, jan./abr., 2008.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2013

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. 2000. 304 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). Cooperativismo em pauta. Unicafes Nacional, 2015. Disponível em <[https://issuu.com/unicafesnacional/docs/unicopas\\_cooppauta/4?ff=true&e=11012135/12340861](https://issuu.com/unicafesnacional/docs/unicopas_cooppauta/4?ff=true&e=11012135/12340861)>. Acesso em: 06 mai. 2017.

VIEIRA, Domingos. **Grande Dicionário português ou thesouro da lingua portuguesa**. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1873, 1159 p., 2 v.